

Pergunta ao prefeito: e as crianças?

Muita gente deve se lembrar do candidato a prefeito Jânio Quadros, em seu horário gratuito de propaganda eleitoral, pedir desculpas às donas-de-casa por retardar a novela das oito com as explicações de sua plataforma política. Mas, em troca, o candidato compensava essas mulheres com uma promessa que as tocava diretamente: "Nenhuma criança de São Paulo ficará sem creche", profetizava Jânio.

No entanto, com a extinção da Fabes — Secretaria da Família e do Bem-Estar Social —, até agora o prefeito não definiu para qual secretaria repassará as atribuições da entidade, congelando as verbas para a manutenção das creches. E, com isso, quase 46 mil crianças da cidade poderão deixar de ser atendidas em poucos dias: é que nenhuma instituição tem recursos para garantir a alimentação dessas crianças por mais tempo.

"Por que foi fechada a Fabes, que estava funcionando satisfatoriamente? E como vai ser agora? As crianças podem esperar para comer?"

São indagações dos 50 representantes de entidades assistenciais que estiveram ontem à tarde na Câmara Municipal. Eles discutiram o assunto com a vereadora Luiza Erundina, do PT. Querem uma definição para o destino das creches, dos mutirões para a construção de habitações populares e dos diversos programas de atendimento à população de baixa renda, levados adiante pela Fabes.

Segundo a vereadora, Jânio Quadros ainda não decidiu se será a Secretaria das Administrações Regionais ou a da Educação e Bem-Estar Social a encarregada do prosseguimento desses programas. "Com a extinção da Fabes, Jânio reaproveitou os funcionários para criar a Secretaria da Defesa Social. Agora, quer desmembrar os programas de forma arbitrária, sem consultar a população e os dirigentes das entidades sociais. Ele quer é prestar esses mesmos serviços impedindo a participação popular."

De acordo com dados da Fabes, a cidade conta hoje, com quase 500 creches, entre as diretas, com prédio e funcionários da Prefeitura; as indiretas, que funcionam em prédios da Prefeitura, mas são dirigidas por entidades particulares; e as particulares, que recebem apenas ajuda financeira da Prefeitura. E a conclusão a que chegaram ontem, os diretores dessas creches foi a de

Sem verbas, dirigentes de creches ameaçam fechá-las. *J. + ande 14/1/86*

que "Jânio está dificultando a manutenção dessas entidades, tão insuficientes para atender às crianças carentes, e que a maioria delas terá de fechar se não receber dinheiro com urgência".

Ben Hur Machado é o diretor da creche Carmem Mendes da Conceição, em Santo Amaro, que mantém convênio com a Prefeitura. E ele até já fixou o prazo para o fechamento da creche, que atende a 60 crianças da periferia da Zona Sul: 15 dias. "Nós não recebemos subsídio da Prefeitura desde o mês de novembro, e o custo para atender cada criança, por mês, chega a Cr\$ 500 mil, pois oferecemos café da manhã, almoço, lanche e jantar. As crianças até tomam banho lá. Vão para casa só para dormir. Atendemos a população de baixa renda, que sobrevive com um salário mínimo mensal."

Mas não é somente o problema das creches que aflige os diretores das entidades que buscaram socorro na Câmara Municipal. Os mutirões para a construção de habitações populares também foram paralisados, já que a verba cedida para a compra de materiais de construção era proveniente da Fabes. "Cohab?", perguntavam-se. "Nem pensar", respondia a vereadora Luiza Erundina, "porque a Cohab é uma entidade que visa lucros, o que não acontecia com o fundo da Fabes".

Paralisadas também estão as atividades da Osem (Orientação Sócio-Educativa do Menor), que oferece alimentação e cursos profissionalizantes a crianças de sete a 14 anos, e dos núcleos APPS (Atendimento à População com Problemas de Subsistência), encarregados dos atendimentos de emergência a desempregados, por exemplo, com problemas de alimentação e aluguéis vencidos.

Para não fragmentar os programas existentes, com o desaparecimento do órgão que centralizava a administração das entidades sociais do município, uma decisão: "Temos um compromisso com a comunidade que não podemos interromper. Então, já que o prefeito não toma nenhuma atitude, vamos até lá". E, com a decisão tomada, os representantes dessas entidades pretendem, até o final desta semana, "e antes que o decreto da extinção da Fabes seja publicado no Diário Oficial", preparar um documento com o histórico das realizações das entidades no atendimento da população carente e mobilizar as pessoas atingidas pela indecisão do prefeito para cobrar dele, na Prefeitura, uma atitude concreta. Mas insistem: "Queremos a permanência da Fabes, mesmo que com outro nome, com sua atual estrutura e com as mesmas pessoas que trabalham lá, pois conhecem as carências de cada região da cidade".

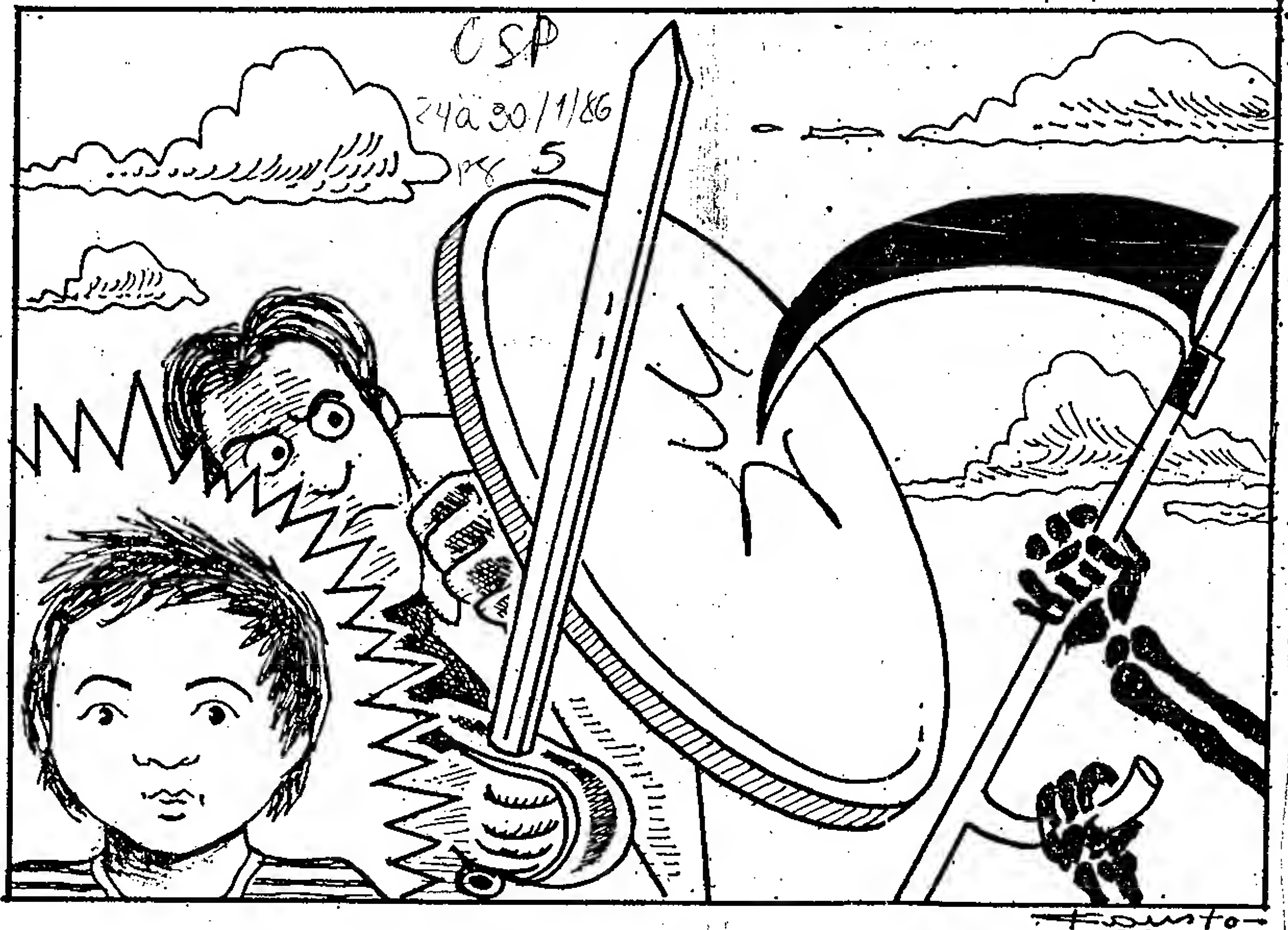
“Primeiro a criança”, passo fundamental

“Primeiro a Criança”. Eis o nome simples, mas significativo, de um programa que está sendo implantado no país pela LBA e UNICEF. O programa visa diminuir a mortalidade infantil, cujos índices elevados colocam o Brasil no desonroso sétimo lugar entre os países do mundo. A nossa taxa de mortalidade infantil é de 88 mortes por cada mil crianças que nascem vivas, isto é, 8,8%. Nalgumas regiões, porém, estes números se tornam alarmantes, com índices que chegam a 200 ou mesmo a 250 por mil, isto é, 20 ou 25%. Trata-se de vidas irremediavelmente truncadas por meras deficiências humanas e de fácil correção.

O programa é simples e significativo, mas urgente, pois o Brasil não pode ficar inerte diante de tantas vidas que se perdem. Por trás de tudo isso há uma culpa diluída, mas real. Chegou a hora de redimi-la.

O programa foi executado na forma de plano piloto em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Os resultados foram surpreendentes. Em pouco tempo, as taxas de mortalidade infantil baixaram de 76,5 por mil para apenas 20,6. Um salto valioso e digno de aplausos.

O programa fundamenta-se em três pontos básicos: alimentação, assistência médica e vacinação. Nada de extraordinário. Tudo elementar, acessível e de baixo custo, mas suficiente para salvar muitas vidas. O problema é grave e à primeira vista, a solução parece simples. Um pouco de dinheiro, alguns milhares de profissionais competentes e dedicados. Tudo feito. Numa emergência, concordamos e aplaudimos. Para a complexidade da vida, porém, isso é muito pouco. Não basta arrancar a criança à mortalidade infantil. É preciso prepará-la para viver a vida e vivê-la com dignidade,



isto é, em sua plenitude. Alimentação, cuidados médicos e vacinação preservam o corpo e suas potencialidades, salvaguardam o cérebro e suas possibilidades de bom e em benefício da coletividade.

Se de um lado é lamentável que centenas de milhares de crianças morram anualmente por carências alimentares e por falta de assistência médica e que outras centenas de milhares sobrevivam raquíticas, nanicas e com sua capacidade psicológica e afetiva enfraquecida, por outro lado, não é menos lamentável que dez milhões de crianças passem a sua infância, adolescência e juventude sem poderem frequentar uma escola, sem conseguirem se preparar para enfrentar a vida com profissão, visão objetiva dos próprios direitos e deveres e responsabilidade ética à altura.

O espetáculo dos menores

abandonados nas grandes cidades testemunha que para a criança não basta sobreviver. Ela precisa de muito mais para se sentir realizada e dar a sua contribuição para o bem estar de todos. Sobreviver é essencial para a criança, mas isto não lhe faz a vida. Esta tem outras demandas. Para atendê-las de forma adequada requer-se a convergência harmoniosa de um conjunto de fatores que exigem empenho de todos os adultos. O meio ambiente, familiar e social, marca de forma indelével a criança e na maioria dos casos, traça-lhe o rumo de vida.

Pois bem. Que se pode esperar de crianças cujas famílias moram em barracos de favelas ou amontoadas em cortiços, com salários que mal permitem a sobrevivência, sem deixar qualquer perspectiva de melhoria futura? Que se pode esperar de crianças

que nascem e crescem sem família?

De crianças cujos pais vivem revoltados pelas injustiças sociais que padecem? E que educação transmitem para as crianças os nossos programas de televisão, sobretudo as novelas?

A Organização Mundial da Saúde definiu a saúde como “um estado de perfeito bem-estar físico, psíquico e social”. São três níveis de saúde. E os três são igualmente indispensáveis. Juntos formam o homem e lhe dão o equilíbrio indispensável para a vida. Qualquer desarranjo em um desses níveis compromete o todo.

O programa “Primeiro a Criança” é um passo fundamental. Tardio, é verdade, mas bem-vindo e bem-visto. É um começo e um embrião. Esperamos que se torne árvore e abranja a criança em todas as suas demandas.

Júlio Munaro

Violência contra mulher passada a limpo

Adelino Ribeiro

Foi lançada no dia 17 último, na delegacia de defesa da mulher, o livro "Violência Contra a Mulher", de autoria da professora Maria Amélia de Azevedo. Psicóloga educacional, Maria Amélia da aula na PUC e na USP e realiza pesquisas na área de violência e família. Ela é também membro do Conselho Estadual da Condição Feminina, onde integra a comissão de violência contra as mulheres e através da qual lança esse pequeno trabalho sobre a situação da mulher.

"A cartilha" — como prefere chamá-lo a autora — tem o objetivo de fazer com que a mulher perceba que ela mesma deve trabalhar para não ser vítima da violência masculina. "A mulher precisa conscientizar-se que ao apanhar ela tem seus direitos, a vida e a integridade física violados", diz.

"A repressão contra as mulheres é um problema cultural de pelo menos seis mil anos" — explica a professora Maria Amélia. "A sociedade sempre acreditou na superioridade do homem, e por esse motivo, ele manda e a mulher obedece".

E é justamente quando a mulher deixa de ser servil para defender idéias que expressam as suas necessidades morais e físicas e reclamam por igualdade social perante os homens, que surge então a força bruta por parte de alguns "machos", que simplesmente não possuem argumentos para protegerem a causa injusta da ideologia machista.

O que acontece é que muitas mulheres embora sofram agressões por parte de seus maridos, não os denunciam, ou por medo de sofrerem novas agressões, ou por não terem coragem de ir à luta por sua sobrevivência na sociedade, que é dificultada ainda mais pela discriminação profissional a que estão submetidas. "A estas restam apenas as sobras e brechas do mercado de tra-



balho dos homens, que são posições de menor prestígio e remuneração" — atesta a professora Maria Amélia. Um outro motivo que faz com que a mulher sofra calada, é o fato dela possuir uma "resistência culturalmente criada que a impede de se defender. Desde que nasce, a programação da mulher já é feita: todo mundo em busca do casamento".

Deste modo ela é educada para conquistar um homem, ter filhos, ser boa mãe e esposa, esquivar-se sempre, não discutir seus desejos sexuais e ganhar dinheiro, desde que não interfira nos afazeres domésticos, e que nunca ganhe mais dinheiro que o marido.

Isto quer dizer que a mulher não é preparada, ao contrário do que acontece com o homem, para ser autônoma e participativa na sociedade, mas sim se sujeitar ao homem econômica, física e psicologicamente.

O que também não pode ser esquecido é que toda esta situação se torna mais difícil para a mulher negra, pois

ela sofre uma discriminação a mais: o preconceito racial. Este é mais sentido quando a mulher precisa trabalhar fora para ajudar no orçamento doméstico. Nessa hora a mulher negra descobre que o seu mercado de trabalho é ainda menor que o das outras mulheres.

Mas essa condição feminina pode ser mudada, a partir da eliminação da educação diferenciada, onde o homem é ensinado a ser forte e valente e a mulher frágil e submissa. "A mulher não deve mais ser veículo de transmissão de uma educação diferenciada entre ela e o homem, ela tem de começar a buscar um padrão igualitário", ou seja, uma busca que se inicia na formação dos filhos e na reestruturação de sua própria vida.

Os homens precisam ser chamados ao debate com as mulheres, para que se crie em ambos os sexos uma consciência sobre o problema da discriminação. Se for dessa forma, o relacionamento entre ambos tenderá a se

tornar não de rivalidade, mas de amizade e compreensão, necessárias principalmente do lado masculino, e assim se chegar a solução de um problema pelo qual todos somos responsáveis.

Outra coisa que a mulher deve aprender a fazer uso, e sem medo, é a denúncia. A primeira coisa a ser feita em caso de agressão física ou moral, é indicar o agressor. Para tanto hoje existe a "Delegacia Especializada de Defesa da Mulher" (fone: 229-5566) e o COJE (Centro de Educação Jurídica e Encaminhamento, fone: 258-0002), órgão que presta orientação jurídica e psicológica à mulher.

O livro de bolso da professora Maria Amélia, que se aprofunda um pouco mais nos problemas de que falamos, tem distribuição gratuita e pode ser obtido por carta ou diretamente no Conselho Estadual da Condição Feminina, na rua Estados Unidos, n.º 346, CEP 01427 - SP - fone: 852-1750.

Livro aborda violência contra mulher

A professora Maria Amélia de Azevedo lançou no último dia 17, na Delegacia de Defesa da Mulher, o livro "Violência contra a mulher". A "cartilha", como define o livro a autora, tem o objetivo de fazer com que a mulher perceba que ela mesma deve lutar para não ser vítima da violência masculina.

Página 9.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *O Sem Terra*Data: *28/2 a 6/3*Pág. *10*

Pasta n.º

N.º do recorte

Grupo de Mulheres, somando armas na luta pela terra

A necessidade de lutar por um pedacinho de terra tem ensinado que a organização é fundamental. As mulheres do Grupo 2 dos Sem Terra de Sumaré aprenderam depressa a lição e formaram, em novembro passado, o Grupo de mulheres, uma arma a mais na briga que a nova comunidade que se forma em Sumaré está travando.

Enquanto não chega a época da colheita, as 36 mulheres que compõem o grupo sentam juntas e sempre inventam alguma coisa para fazer. A padaria é o primeiro fruto do trabalho delas. "A gente ganha a farinha das pessoas que vêm nos visitar e faz os pães, uns 30 cada vez para vender aqui na comunidade, baratinho", conta a mineira Tereza Corrêa de Mello, de 57 anos e 22 filhos, sempre bem disposta. "A gente não quer depender dos homens. No começo

do acampamento, sempre que a gente precisava eles não estavam aqui. Por isso, se formou o grupo", explica.

Além do pão, as mulheres fazem sabão e tapetes de retalhos de tecido. Pra arranjar um dinheirinho vale tudo. "Ontem, eu apanhei uma abóbora de 30 quilos. Vamos fazer doce e vender também", diz Lídia Rodrigues de Barros, 48 anos, casada, seis filhos, outra componente do grupo.

Ainda não é hora de festejar, até porque a terra em definitivo ainda não saiu, mas as mulheres já prometem uma "grande festa da pamonha", para o final de março. O dinheiro, garantem, é sempre bem empregado. O pouco que têm até agora será para pagar as passagens das mulheres que irão até Campinas acompanhar a caminhada do Grupo Sem Terra 3.

Autoritarismo**E o prefeito tira direitos que Você conquistou...**

Desarticular a organização popular, que leva à participação democrática. Esta é a consequência de decisões do prefeito Jânio Quadros, na área da Educação e, agora, contra a utilização de creches públicas pela comunidade.

Cida Flosi Barbosa

Dois canais de participação conquistados pela população - o regimento comum das escolas municipais, que ampliava o poder de pais e alunos nas decisões da escola, e a utilização das creches públicas para discussão de problemas sociais - foram fechados pelo prefeito Jânio Quadros. Desde janeiro, o regimento comum está revogado e há poucos dias, o prefeito decidiu que creche não é lugar de se falar em custo de vida, moradia, poluição, saúde. Por isso, esses encontros, frequentes até pouco tempo, estão, agora, proibidos. E quem desrespeitar as ordens - professor ou funcionário de creche - pode ser punido com suspensão, demissão ou exoneração.

As primeiras estocadas do prefeito Jânio Quadros dirigiram-se contra os professores que, aos primeiros dias de janeiro, foram surpreendidos com o decreto de revogação do regimento comum das escolas, regulamentado no final da gestão Mário Covas. Como os líderes do professorado reagissem à revogação, argumentando que ela significava um retrocesso, surgiram as punições: uma diretora de escola, depois de identificada como participante de um encontro entre professores que discutia o que fazer diante da revogação, foi punida com cinco dias de suspensão; depois, a secretária da Apeeem (Associação de Professores Especialistas de Educação do Ensino Municipal), Iracema de Jesus Lima, grávida e em gozo de licença gestante, foi suspensa por três dias das funções de professora primária e exonerada do cargo em comissão de professora de Português (na última segunda-feira, as punições foram suspensas pelo juiz da 1.ª Vara da Fazenda Municipal; o prefeito, no entanto, foi muito claro no memorando que mandou publicar no "Diário Oficial do Município", anulando a suspensão: "Posso esperar.



Lurdes Cardoso: "Tudo está proibido e já cancelamos várias atividades programadas."

Como se trata de cargo de comissão, todos de livre provimento do prefeito, passada a gravidez, será suspensa. É a lei. Quanto a isso, não tenho dúvidas." A terceira punição atingiu a presidente da Apeeem, Maria Rita Cáceres, suspensa por cinco dias.

"NOS BOTECOS?"

Nas creches municipais, as medidas vieram há poucos dias e, igualmente, surpreenderam os atingidos: as reuniões de pais que não tenham como assunto o funcionamento da creche estão proibidas. Além disso, quem não tiver filho matriculado no estabelecimento, também está proibido de frequentar os encontros.

"Até o final do ano passado, usávamos a creche do bairro para reuniões entre as mães, dos grupos de moradia e também para palestras com médicos, advogados. Agora, tudo isso está proibido e já cancelamos várias atividades programadas para este ano", conta a dona-de-casa Lurdes Cardoso de Andrade, presidente da Associação Feminina da Zona Norte, com sede em Vila Aurora, Santana. Entre os encontros cancelados estão uma palestra com a Associação das Empregadas Domésticas, que ocorreria no começo do próximo mês; outra, com a vereadora Irene Cardoso (PT), marcada para julho; e a discussão sobre eleições e Constituinte, em novembro.

Mesmo nos assuntos que dizem respeito ao funcionamento da creche, co-

meçam a surgir problemas. "Antigamente, as reuniões semanais entre as mães, onde elas avaliavam o atendimento prestado a seus filhos, eram realizadas entre as 7 e as 8 horas. Agora, a direção determinou que os encontros somente poderão acontecer às 17h30. Nesse horário, mãe nenhuma está disponível porque ou está trabalhando ou está fazendo a janta", afirma Lurdes.

A consequência maior dessas proibições, segundo Lurdes Cardoso, não é o cancelamento das atividades "mas a perda de um lugar para discussão dos nossos problemas. E agora o pessoal vai encontrar-se na porta dos botecos?", pergunta.

"APROPRIAÇÃO INDÉBITA"

Enquanto na área das creches as medidas de cerceamento limitam-se, por enquanto, à proibição das reuniões, nas escolas a ação vai além da punição aos professores. Maria Rita Cáceres, presidente da Apeeem, diz que o professorado é orientado, verbalmente, a aplicar o antigo regimento comum, datado de 1981. "Porém, o Conselho Estadual de Educação não acatou a revogação do regimento de 1985. Dessa forma, temos, hoje, dois regimentos: um, de direito, aprovado mas não colocado em funcionamento; outro, de fato, revogado mas que se obriga a sua aplicação."

Essa confusão, esclarece a professora, não reflete apenas no funcionamento da escola, "mas na própria avaliação dos alunos. Pelo regimento antigo, a aprovação do estudante se dava pela média aritmética; pelo novo, a promoção é pela média ponderada, sendo que as notas do último bimestre têm valor maior. Isso quer dizer que um aluno reprovado por um sistema pode ser aprovado por outro. Assim não é possível".

A revogação do regimento aprovado por Mário Covas deu-se principalmente porque ele criava o Conselho de Escola Deliberativo, com participação ampliada de pais e alunos. "Segundo justificativa do prefeito, esse conselho tira a autoridade do diretor. Na nossa opinião, dá-se justamente o contrário, ele livra o diretor de ser um joguete nas mãos de governantes e o torna um legítimo representante da escola", analisa Maria Rita.

Além da revogação do regimento, das ameaças - algumas delas, concretizadas - de punição a quem protestar, Maria Rita cita mais uma medida tomada pelo prefeito. "Até hoje não re-

cebemos as mensalidades descontadas em folha de pagamento de nossos associados, relativas aos meses de janeiro, fevereiro e março. Procuramos o secretário das Finanças e ele nos explicou que a Prefeitura não está pagando nenhuma de suas dívidas. Porém, eles esquecem que o dinheiro foi descontado do salário do professor e pertence à nossa associação, não à Prefeitura, que apenas faz o repasse. Isso, para mim, cheira a apropriação indébita. Como esse dinheiro é fundamental ao funcionamento da entidade - "é com ele que pagamos nossos funcionários, enviamos correspondência aos associados" -, Maria Rita adianta que a Associação está pensando em entrar com ação na Justiça para reaver o que é seu. "Afim, cada mês soma Cz\$ 56 mil."

MOTIVOS

Por que o prefeito estaria proibindo os encontros da comunidade nas creches, punindo professores que discordam de certas medidas suas e até deixando de repassar mensalidades devidas a associações de classe? "Só vejo uma razão: ele quer desmobilizar a organização popular", analisa Lurdes Cardoso de Andrade. "Foi na área da Educação e da extinta Fabes que surgiram as primeiras reações às suas atitudes autoritárias, completa Maria Rita Cáceres.

Lurdes Cardoso mostra-se revoltada com a limitação de acesso às creches: "O prefeito não pode fazer isso, a creche pertence à população, que tem direito de usá-la quando julgar necessário."

Vinte mil crianças ameaçadas. De quem é a culpa?

Cida Flosi Barbosa

Todos os dias, Célia Ferreira dos Santos, de 10 anos, segue o mesmo ritual: das 7 às 11h, frequenta a escola; depois, vai para o núcleo da Osem (Orientação Sócio-Educativa do Menor) de Vila Aurora, em Santana. Lá, ela tem reforço escolar, brincadeiras, lanche e, principalmente, os cuidados de adultos. Sua mãe, Rosália Ferreira dos Santos, uma doméstica que recebe, em média, Cz\$ 700 como diarista e com esse dinheiro precisa manter quatro filhos, sente-se tranquila porque sabe que Célia está em boas mãos, a salvo dos perigos que cercam uma criança desamparada.

Porém, a tranquilidade de Rosália e de outras mães em igual situação pode acabar porque o núcleo que abriga sua filha e mais 39 crianças está ameaçado de fechamento. Motivo: falta de recursos. O dinheiro para manter a unidade acabou e quando terminar o estoque de comida (no começo da semana havia cinco quilos de arroz, duas latas de óleo, três quilos de fubá, dois de açúcar, uma lata de sardinha, dois quilos de farinha de trigo, meio pacote de maizena e meio pote de margarina) e a padaria deixar de vender fiado os cinco litros de leite e, pelo menos, quarenta pãezinhos consumidos diariamente, é provável que as crianças sejam devolvidas a seus pais.

"Não sei nem o que vou fazer se a menina não puder ficar aqui enquanto trabalho. A rua onde moramos é muito movimentada, passa gente de todo tipo e tenho muito medo do que pode acontecer a ela durante boa parte do dia. Além disso, quem vai alimentá-la?", pergunta Rosália, que não esconde o ar preocupado.

CAUSAS

O núcleo da Osem frequentado pelas filhas de Rosália e Expedita funciona desde setembro do ano passado. Tentando resolver o problema de dezenas de crianças que, deixando a creche pública, aos sete anos, ingressam no primeiro grau, onde permanecem meio período, sem ter quem as olhe na outra parte do dia, a Associação Feminina da Zona Norte firmou um convênio com a então existente Secretaria da Família e Bem-Estar Social (Fabes), pelo qual a unidade poderia ser criada. Segundo o convênio, a Municipalidade se encarregaria da destinação de verbas e assistência técnica, enquanto a entidade seria responsável pelo local e trabalho direto com as crianças, compreendendo reforço escolar, preparação para a profissionalização, educação física e alimentação. Para desenvolver esse trabalho, a Associação Feminina acertou receber, em 1985, 8 milhões de cruzeiros por mês.

Durante os meses em que a verba não faltou, lembra Maria Alice Silva, cozinheira da unidade, as crianças recebiam um prato quente por dia (geralmente, uma sopa), um copo de vitamina de frutas, outro de leite, além de sanduíches, feitos com mortadela, queijo e até presunto. "Hoje, é pão com pouca margarina, um copo de lei-



Osem da Vila Aurora: sem verbas e com a despensa no fim

te batido com chocolate e, às vezes, uma gelatina de sobremesa. Isso enquanto durar o estoque", informa Maria Alice.

A Osem de Vila Aurora começou a entrar em colapso no princípio da atual administração, que extinguiu a Fabes e passou algumas de suas atribuições, como o atendimento de crianças carentes, à Secretaria Municipal da Educação, que hoje é também do Bem-Estar Social. "Desde que mudou o governo e acabou a Fabes, estamos completamente desorientadas. Ninguém sabe explicar o que acontece e, pior, nossas verbas não são liberadas. Nem o mês de dezembro recebemos ainda. Desse jeito, é impossível atender a criança", reclama Lurdes Cardoso de Andrade, presidente da Associação Feminina da Zona Norte. Ela não sabe por quanto tempo conseguirá manter o núcleo educacional porque, além da despensa vazia, tanto a cozinheira Maria Alice como a orientadora das crianças estão com salários de fevereiro atrasados.

É GERAL

Porém, a Osem de Vila Aurora não é a única a encontrar-se em situação difícil. Segundo a vereadora Luísa Erundina (PT), "a maioria das entidades conveniadas que mantêm Osens não recebeu as verbas relativas a janeiro e o valor de fevereiro não foi pago a ninguém". Na opinião da vereadora, esse problema está acontecendo "porque a Superintendência Municipal de Bem-Estar Social, criada em substituição à Fabes, não tem a menor força e carece de organização para enfrentar o problema do atendimento aos menores carentes. Como consequência, há o risco de muitas Osens fecharem".

A mesma opinião é compartilhada pela assistente social Marta Terezinha Godinho, secretária da Fabes na gestão Mário Covas. "Essa superintendência, ligada à Secretaria da Educação, não tem a menor infra-estrutura para atender a mais de 20 mil crianças. Ela sequer tem poder de compra ou de decisão". Marta Godinho lembra que quando assumiu a Fabes, em maio de 1983, havia 94 núcleos de Osens, com 8.812 vagas para crianças de 7 a 14 anos; ao deixar o cargo, em 1.º de janeiro deste ano, os núcleos somavam 278, com um total de 23.418 vagas.

Procurado pela reportagem, o secretário municipal da Educação e Bem-Estar Social, Paulo Zingg, não quis dar entrevista sobre o assunto.

Cargos & Carreiras *classif. folha SP*
20/4/86

Creche é problema para empresa e empregado

Da Redação da Folha

Com o redirecionamento das reivindicações trabalhistas para a área social em decorrência do plano de estabilização econômica, o problema das creches como auxílio à mulher trabalhadora deverá ganhar ainda mais força. Nos últimos tempos, o tema passou a preocupar tanto empregados quanto empregadores, estes apreensivos devido à queda de produtividade da mulher que não tem onde deixar o seu filho.

"O problema das creches precisa ser visto de maneira mais ampla. A legislação é insuficiente e não permite solução efetiva", opina Antônio Lemos Basto, 36, consultor de relações trabalhistas. A lei exige a manutenção de um berço para cada trinta trabalhadoras entre dezesseis e quarenta anos. A obrigação do empregador, porém, abrange somente os seis primeiros meses da criança (período de amamentação).

Se, por um lado, as empresas têm dificuldades em cumprir a legislação, por outro a experiência tem mostrado a sub-utilização das creches mantidas pelas poucas empresas dispostas a arcar com os altos custos envolvidos, como manutenção, pediatra e nutricionista. "Cerca de 90% das mulheres não levam seus filhos a essas creches", afirma Antônio Geraldo Wolff, 41, gerente de relações industriais da Semp-Toshiba. Os principais problemas são a distância que separa a casa do local de trabalho e o transporte deficiente, que desestimula a mãe de carregar um filho quase recém-nascido em conduções lotadas.

Uma solução prevista na lei e adotada por companhias sem a estrutura para manter berços em suas dependências é o convênio com uma creche próxima às instalações da empresa. Porém, surge aí mais uma vez o problema de distância e transporte, o que acaba gerando a existência de convênios considerados "fantasmas", conta Wolff. "Algumas creches chegam a ter um preço para quando a empresa usa os seus serviços e outro para quando não usa", afirma.

No momento, as empresas têm um problema a menos: no último dia 21 de março, foi suspensa a portaria nº 05/85, baixada em outubro do ano passado pelo então delegado regional do Trabalho, José Carlos Stein, que tornava sem efeito os convênios firmados com creches. Durante este período, as

empresas foram autuadas por estarem fora da lei, já que não tinham condições de instalar uma creche em suas dependências. Mas, se a suspensão da portaria e dos processos administrativos iniciados durante sua vigência resolveu a questão legal, o problema social ainda persiste.

Para amenizar tais dificuldades, algumas companhias adotam o sistema de reembolso, que permite a colocação de crianças em creches próximas à residência da funcionária, benefício que, por vezes, ultrapassa os seis meses. Mas a legislação não prevê a faculdade de o empregador pagar o reembolso, que acaba sendo um custo extra sem a contrapartida do respaldo legal.

As empresas estão dispostas a colaborar na solução do problema de creches, garante Antônio Lemos Basto. "Só não podem resolver tudo sozinhas", acrescenta. Por isso, assim como Antônio Geraldo Wolff, defende o envolvimento do poder público na questão. Algo como o já antigo lema de "mais creches na periferia", só que com auxílio da iniciativa privada na cobertura dos custos de manutenção.

Das creches construídas pela Prefeitura de São Paulo nos últimos tempos, por exemplo, algumas apresentam condições precárias e outras não estão operando por falta de funcionários. E o número existente é mais do que insuficiente para atender às necessidades de uma cidade das proporções da capital paulista, afirma Lemos Basto, acrescentando que o problema não deve ser de responsabilidade apenas do poder municipal, mas depende do apoio efetivo do governo federal.

Os recursos do PIS, por exemplo, poderiam ser direcionados para a construção de creches bem aparelhadas perto da residência das trabalhadoras, o que resolveria também o problema da amamentação, através da criação de bancos de leite. "É preciso mudar a lei", afirma o consultor, que propõe ainda a extensão dos benefícios além do período de amamentação.

Lemos Basto acredita ser este o momento para um debate mais abrangente sobre a questão. Com a boa-vontade das três partes — governo, empresas e empregados —, será possível, segundo ele, encontrar um caminho mais seguro para a solução de um problema que, em síntese, é a raiz de toda a problemática social do menor carente.

DIA DAS MÃES

SHOOPING NEWS - 15. 11/5/86.
Grávida, no ônibus lotado... em pé

É só parar e observar. As pessoas são pouco solidárias com as mulheres grávidas, tratadas aos empurrões nos ônibus, metrô ou nas calçadas mais movimentadas. Ninguém se preocupa com o fato de que, a partir de certo ponto da gravidez, a barriga pesa, as pernas incham e a futura mãe se cansa mais depressa.

Maria de Fátima Lourenço

Para Neusa Maria Fumes, a sociedade não é responsável pelo filho de sete meses que carrega na barriga, numa média diária de oito viagens de ônibus por dia, entre apertões, empurrões e falta de gentileza das pessoas. Mas Regina Célia da Silva no último mês de gestação, acha que essa responsabilidade existe, embora a sociedade "não esteja preparada para receber o ser humano e não se comporte como sendo responsável". Sem entrar no mérito da responsabilidade social, Sandra Regina do Monte Carmelo, cujo filho deverá nascer nos próximos dias, não tem muito a reclamar quanto à gentileza das pessoas nos ônibus, na rua e trens do Metrô. Mas não deixa de ressaltar que "quem mais cede lugar à grávida são os idosos".

Promotora de vendas, ao meio-dia da última quarta-feira, Neusa Maria Fumes já estava fazendo sua segunda visita, na região do Aeroporto de Congonhas, depois de ter saído da Vila Maria Alta e ido até Campo Limpo. Na vida ativa que tem levado nesses sete meses de "gravidez sem problemas físicos, a barriga não atrapalha, mas causa desconforto dentro dos coletivos lotados, onde dificilmente encontra solidariedade por parte das pessoas: homens, idosos ou não, e adolescentes, nunca cedem seu lugar, não dão licença, e quando derruba alguma coisa, ninguém pega".

Mas Neusa não se faz de rogada, embora tire da sociedade em geral a responsabilidade pelo bebê que carrega. Quando não consegue lugar nos ônibus "esfrego a barriga na cara deles. Mas ninguém liga". Mudou a maneira de se encarar a maternidade?



Neusa Maria: "esfrego a barriga na cara deles."



Regina Célia, de pé, no ônibus: "Falta solidariedade."

SOCIEDADE RESPONSÁVEL

São as pessoas em geral responsáveis pelos bebês que estão para nascer? A professora da USP, Ana Cândida da Cunha Ferraz, especialista em Direito Constitucional lembra que "a vida é uma das bases da nossa Declaração de Direito e que se a Constituição estabelece que a vida é um direito de todos, a sociedade também é responsável por ela". Sua colega Tereza Ancona Lopez, do Departamento de Direito Civil da Faculdade do Largo São Francisco, também coloca a maternidade como responsabilidade de todos os cidadãos: "É um outro brasileiro que vai nascer."

E pondera: "Mas isto é um problema de civilidade, educação e sentimento... tem que vir com o tempo e depende do estado de desenvolvimento da Nação. Embora isso não se enfrente com a lei", Tereza Ancona Lopez ressalva que ela pode ajudar, impondo comportamentos que digam sobre a responsabilidade de todos para com a

maternidade. E lembra as leis trabalhistas, que protege as mulheres grávidas, mas em muitos casos são desrespeitadas. Por achar que a gestante merece um tratamento diferenciado por todos, Tereza propõe que se faça uma campanha nesse sentido: "É preciso que as pessoas acordem. Esse é problema sério."

Talvez muitas pessoas desconheçam que a mulher grávida possa enfrentar algumas dificuldades nos últimos meses de gestação, quando a barriga afeta mais o seu equilíbrio físico provocando dores na coluna, ou dificultando a circulação sanguínea. Ainda assim, a socióloga Maria Eduarda Novaes Paternostro, do Conselho Estadual da Condição Feminina, acha que a ausência de solidariedade na rua "não é falta de informação e tampouco exclusividade da mulher grávida. Para ela, esse é um comportamento que reflete a sociedade consumista e capitalista, que só se interessa pela pessoa enquanto força de trabalho".

Sua colega de Conselho, a psicóloga Maria José Tornelli, entende que o mi-

to da mãe (presente principalmente nas grandes famílias do Interior) convive hoje com duas contradições. De um lado a idealização do papel da mãe - "boazinha, carinhosa, afetiva" - e de outro "a realidade social que mostra a tendência da mulher em ter menos filhos, estar no mercado de trabalho... A mãe ideal, exemplifica, deve amamentar o filho. Mas não há condições para se fazer isso, em muitos casos. Não há creches para que as crianças recebam cuidados enquanto ela trabalha".

Essas contradições, nos grandes centros, ficam mais acentuadas, segundo analisa Maria José: "Há uma

tendência à individualização. Os ônibus não foram feitos para transportar famílias; a mulher com filho no colo enfrenta os mesmos problemas que a grávida, no que diz respeito à falta de solidariedade. O mito da mãe existe como valor cultural, mas na prática essa valorização não existe: "A mulher grávida ocupa dois lugares." E ao deixarem de ser solidários com ela, as pessoas não estão vendo que é uma grávida: "Elas querem entrar no trem, chegar em casa, estão cansadas, querem viajar sentadas. É provável que comemorem o Dia das Mães, dentro da mesma contradição. É como o Natal."